

## REFLEXÕES SOBRE TEORIA E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA (MG)

**Mauro das Graças Mendonça**

Prof<sup>o</sup> IFTM/Campus Uberlândia - Doutorando em Geografia, UFU  
[maurom@iftm.edu.br](mailto:maurom@iftm.edu.br)

**Marlene Teresinha de Muno Colesanti**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Instituto de Geografia, UFU  
[mmuno@ufu.br](mailto:mmuno@ufu.br)

### RESUMO

O objetivo desse trabalho é avaliar o nível de percepção e envolvimento da população do Município de Uberlândia (MG) com as questões ambientais. O estudo foi desenvolvido seguindo os pressupostos da pesquisa qualitativa. Foram entrevistadas 200 pessoas com características variadas em relação a idade, nível socioeconômico, escolaridade, faixa etária e ocupação profissional. O referencial teórico e os resultados da pesquisa de campo indicam a existência de uma lacuna entre discurso e as ações desenvolvidas pela população. As instituições do Município falham no processo de informar e orientar ambientalmente à população. A maioria dos entrevistados não conhecem os órgãos públicos, Organizações Não Governamentais e empresas sediadas no Município que desenvolvem ações de preservação ambiental. Essa conjuntura cria um ambiente pouco produtivo para a disseminação de ações práticas voltadas para a preservação ambiental. O conhecimento da percepção ambiental da população permite aos atores sociais, responsáveis pela implementação de Políticas Públicas, planejarem e desenvolverem ações direcionadas ao atendimento das demandas locais. Os resultados desta pesquisa podem subsidiar a elaboração de programas que levem em consideração a necessária articulação entre Gestão e Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** Meio ambiente; Planejamento ambiental; Gestão ambiental.

### REFLECTIONS ON THEORY AND PRACTICE IN ENVIRONMENTAL EDUCATION: CASE STUDY OF ENVIRONMENTAL PERCEPTION OF THE POPULATION FROM UBERLÂNDIA CITY (MG)

#### ABSTRACT

The objective of this work is to evaluate the perception and involvement levels of the population from the city of Uberlândia with the environmental questions. The study was developed following the presuppositions of the qualitative research. 200 people have been interviewed with various characteristics related about age, socioeconomic status, school levels, age group, and professional occupation. The theoretical referential and the results of the field research indicates the existence of a lacuna between the speech and the actions which are developed for the population. The municipal institutions fail in the process of inform and orient the population environmentally. The majority of the interviewed people do not know the government agencies, non-governmental organizations, and companies located in the city that develops actions of environmental preservation. This conjuncture creates an ambient not much productive for the dissemination of practical actions that looks back to the environment preservation. The knowledge of the environmental perception of the population allows the social actors, who are responsible for the implementation of public policy, to plan and develop directed actions for the treatment of the local demands. The results of this research could subsidize the elaboration of programs that could considerate the necessary articulation between Environmental Management and Environmental Education.

**Keywords:** Environment; Environmental planning; Environmental management.

---

Recebido em 08/06/2015  
Aprovado para publicação em 03/11/2015

## INTRODUÇÃO

O marco inicial das discussões internacionais a respeito das questões ambientais foi a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em Estocolmo, no ano de 1972. A partir de então, as nações passaram a inserir a problemática ambiental em suas agendas. Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 o mundo, o Brasil e Minas Gerais desenvolveram projetos, programas e diversas formas de inserção do viés ambiental no cotidiano das instituições e dos cidadãos. O Município de Uberlândia acompanhou esta trajetória ambiental, estruturando-se a partir da segunda metade da década de 1980.

Para muitos estudiosos e ambientalistas, a Educação Ambiental (EA) representa uma das alternativas que possibilitaria à humanidade alcançar o Desenvolvimento Sustentável<sup>2</sup>. Sem uma prática efetiva de EA, os esforços empreendidos pela sociedade não atingirão os objetivos necessários à preservação das condições ambientais do planeta.

O que se observa em relação à EA desenvolvida no Município de Uberlândia são ações pontuais, sem integração e sem continuidade. De maneira geral os projetos e programas de EA desenvolvidos por órgãos públicos, Organizações Não Governamentais (ONG's) e empresas são concebidos de forma desconectada da realidade local e desprovidos de um planejamento que contemple mecanismos de monitoramento, avaliação e engajamento do público alvo.

Para o desenvolvimento de ações de EA é importante conhecer as características do público alvo a ser trabalhado. Isso possibilita aos atores sociais<sup>3</sup>, responsáveis pelo processo educativo, planejar as estratégias mais eficientes de modo a atingir os objetivos almejados. A percepção ambiental da população representa um indicador do nível de envolvimento da comunidade com as questões ambientais locais. Isso subsidia o planejamento, execução e monitoramento das ações de EA e Gestão Ambiental (GA) nos territórios.

Esse artigo apresenta resultados de uma pesquisa cujo objetivo é avaliar o nível de percepção e envolvimento da população uberlandense com as questões ambientais locais. Essa pesquisa faz parte de um estudo mais amplo, desenvolvido pelos autores desse artigo, acerca da Educação Ambiental no Município de Uberlândia.

## METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido seguindo os pressupostos da pesquisa qualitativa. A escolha pela pesquisa qualitativa ocorre em função da natureza do objeto de análise que é eminentemente social e político.

A expressão 'pesquisa qualitativa' designa uma pesquisa empírica em ciências humanas e sociais, concebida, principalmente, em uma perspectiva compreensiva, na qual a coleta de dados é baseada em métodos qualitativos que não implicam nenhuma quantificação estatística (PAILLÉ e MUCCHIELI, 1996 apud RAMIRES e PESSÔA, 2009, p. 295).

A obtenção dos dados e informações de campo foi por meio de entrevista. De acordo com Rosa e Arnoldi (2008, p. 16), a opção da entrevista como técnica de coleta de dados deve-se ao fato de possibilitar ao pesquisador obter respostas mais profundas e fidedignas por parte dos entrevistados. Somente os próprios cidadãos, sujeitos participantes da pesquisa, seriam capazes de emitir opiniões concretas a respeito de um tema que aborda sua visão e percepção pessoal. Continuando, Rosa e Arnoldi (2008, p. 17) destacam que:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida,

<sup>2</sup> Desenvolvimento Sustentável é aquele capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas (CMMAD, 1991, p. 9).

<sup>3</sup> Ator social é conceituado como a pessoa, grupo ou organização que desempenha uma função social relevante e apresenta capacidade de defender seus interesses e de produzir os fatos necessários para alcançar seus objetivos, participando das decisões para alterar a realidade (BRASIL, 2006, p. 57).

para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, da maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Foi utilizado um roteiro de entrevista contendo seis questões para identificação do perfil do entrevistado e vinte questões abordando temas gerais sobre a percepção e conhecimento ambiental dos entrevistados. O roteiro de entrevista e demais etapas e procedimentos metodológicos que envolvem esta pesquisa foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia (CEP/UFU).

O tamanho da amostra foi definido à medida que os resultados das entrevistas eram analisados e indicavam um padrão de respostas que atendia os objetivos da pesquisa. Para Ramires e Pessôa (2009, p. 524):

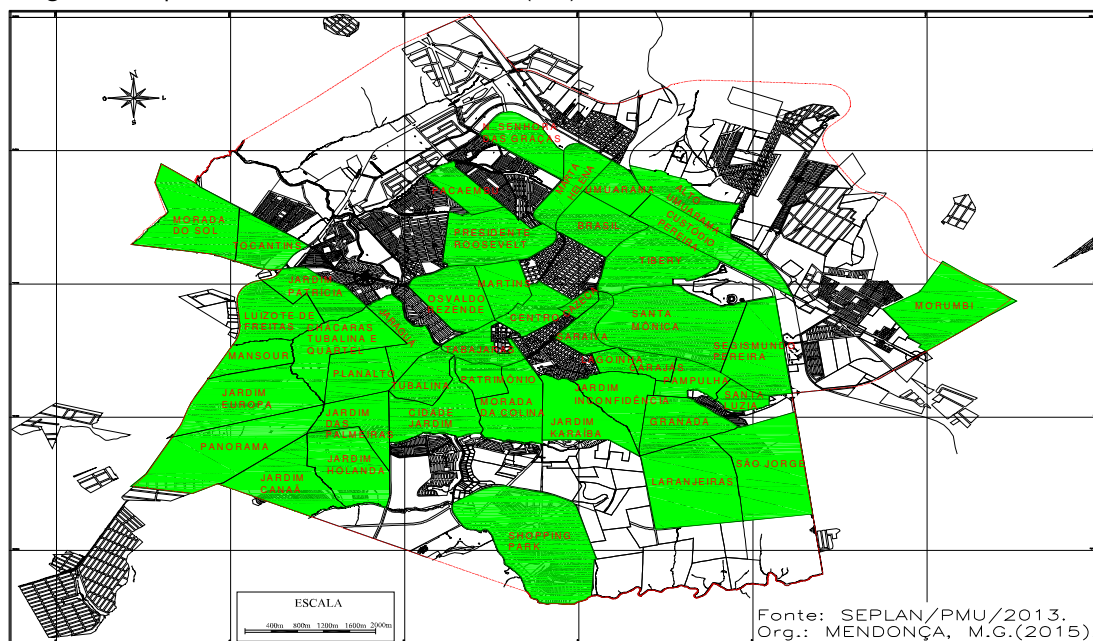
A seleção e o tamanho da amostra estão vinculados aos critérios estabelecidos pela relação: problema de pesquisa, hipóteses e objetivos. Como, nas pesquisas qualitativas, se prioriza um estudo minucioso sobre certos eventos, a definição da amostragem varia conforme a complexidade da problemática proposta na pesquisa.

De acordo com Rosa e Arnoldi (2008, p. 53) “na pesquisa qualitativa, não é a quantidade de pessoas que irão prestar informações que tem importância, mas, sim, o significado que os sujeitos têm, em razão do que se procura para a pesquisa.” Nesta mesma perspectiva teórica, Ramires e Pessôa (2009, p. 34) afirmam que “saber ‘quantos’ e ‘quais’ não se aplicam à pesquisa qualitativa pelo fato de esta se preocupar, principalmente, com o ‘porquê’, o ‘como’ e ‘para quê’.”

Nesta mesma linha de raciocínio, Flick (2009, p. 122) afirma que o “prosseguimento da amostragem ocorre de acordo com a relevância dos casos, e não conforme sua representatividade. Esse princípio é característico de estratégias relacionadas para a coleta de dados na pesquisa qualitativa”.

Foram entrevistadas 200 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos, contemplando cidadãos que integram grupos com características variadas em relação aos seguintes aspectos: nível socioeconômico, escolaridade, faixa etária e ocupação profissional. Essa amostra, selecionada de forma aleatória, abrange cidadãos uberlandenses residentes em 44 bairros (Figura 1), além de moradores da área rural do Município, de forma a garantir uma melhor representatividade e diversidade da população.

**Figura 1.** Mapa da área urbana de Uberlândia (MG): bairros de moradia dos cidadãos entrevistados



A constituição dessa amostra foi formada à medida que as entrevistas ocorriam, contando com o deslocamento do pesquisador pelos diversos setores da área urbana e rural do município, em busca de perfis de cidadãos que contemplasse a diversidade da população, segundo os critérios mencionados anteriormente. Considerando que 97,5% da população do município residem na área urbana (IBGE, 2015), a amostra de pessoas entrevistadas residentes na zona urbana foi priorizada, acompanhando o percentual indicado. A definição dos bairros foi consequência da aleatoriedade das entrevistas, que buscou a diversidade segundo os critérios previamente definidos. As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015.

No momento do recrutamento, as pessoas eram abordadas nas vias públicas, comércios, praças e residências. Nessa oportunidade os entrevistados eram devidamente esclarecidos a respeito dos objetivos e importância da pesquisa e convidados a participarem como voluntários, em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo CEP/UFU. Todas as entrevistas foram realizadas pelo próprio pesquisador.

Os resultados dessas entrevistas demonstram que a amostra selecionada de forma aleatória atendeu plenamente os objetivos de uma pesquisa qualitativa. A diversidade dos cidadãos entrevistados, considerando os aspectos nível de escolaridade, nível de renda, profissão, idade e gênero, apresentou-se adequada para avaliarmos o atual nível de percepção ambiental da população uberlandense.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A EA deve priorizar o indivíduo ou a sociedade? Ou seriam os dois segmentos de forma conjunta? Quais estratégias adotar? Como lidar com questões tão complexas e cujo resultado demanda tempo e paciência dos envolvidos? São questões difíceis de serem respondidas. Entendemos que um dos caminhos para vislumbrar uma solução para esse problema seja através da compreensão de alguns mecanismos que influenciam as atitudes dos indivíduos e da coletividade. Referimo-nos aos termos informação/comunicação, participação/mobilização, conscientização/sensibilização, atitude/comportamento, cultura organizacional de grupos sociais e instituições.

Santos e Sato (2006, p. 46) afirmam que “há uma profunda carência de conhecimento pela sociedade civil quanto às normas e as políticas ambientais”. Essa informação é emblemática na medida em que numa sociedade onde os meios de comunicação e tecnológicos estão se disseminando muito rápido, essa questão torna-se preocupante.

A população, via de regra, tem uma visão muito romântica da ecologia, associando-a mais em defesa do verde e, por extensão, das árvores e animais e como se a espécie humana não fizesse parte da natureza. Logo, por mais que julguem importantes as questões ecológicas, a maioria da população as considera secundárias (BERNA, 2006, p. 160-161).

Uma população que desconhece normas, não se preocupa com políticas ambientais, possui uma visão romântica e restrita da problemática ambiental e encontra-se preocupada em resolver outras mazelas que se apresentam prioritárias em sua vida, de fato não pode apresentar o nível desejado de comprometimento para com as questões ambientais.

A falta de informação por parte da população exige das autoridades públicas a intensificação de campanhas educacionais. Esse fato pode significar uma oportunidade para o estabelecimento de parcerias entre setores da sociedade civil e os órgãos públicos. Faz-se necessário aumentar as práticas sociais que fomentem o livre acesso à informação e à EA de forma permanente e contínua. Os problemas ambientais devem ser tratados de forma transparente pelo poder público, gerando como consequência a possibilidade de participação da população (JACOBI, 2006, p. 426-428).

A informação e a comunicação são dois mecanismos importantes a serviço da EA. Segundo Guimarães (2005, p. 138), a comunicação enquanto “transmissão de conhecimento” encontra-se inserida em um processo educativo. Dessa forma é necessário estimular esse processo para promover mudanças sociais rumo à “construção da sustentabilidade ambiental”.

Gonçalves et al. (2015, p. 249) corrobora essa ideia ao afirmar ser essencial que os meios de comunicação de massas difundam informações de caráter educativo tendo em vista a proteção e melhoria da qualidade ambiental dos espaços habitados.

Para Berna (2006, p. 162-163) “o comportamento dos cidadãos em relação ao seu meio ambiente é indissociável do exercício da cidadania”. O fato de o cidadão ficar consciente dos problemas ambientais não é suficiente. É preciso se tornar mais ativo, crítico e participativo em relação aos problemas que afligem sua comunidade, país e planeta.

A participação efetiva das pessoas em projetos ambientais de interesse coletivo e nos espaços de diálogos criados especificamente para esse fim não tem sido satisfatório no Brasil. Mesmo com a criação de mecanismos que permitem a participação da comunidade, isso tem ocorrido de forma isolada e esporádica. “A participação só se dará de fato com a mobilização, com a motivação (ação em movimento) dos atores sociais em atuar, criando um comprometimento com o processo” (GUIMARÃES, 2006, p. 187-188).

Além da informação, comunicação e participação, a mobilização representa outra característica importante para a compreensão dos mecanismos que levam as pessoas às mudanças de valores e de atitudes necessárias à obtenção da sustentabilidade ambiental.

As lideranças de projetos ambientais, na maior parte dos casos, acredita que a participação dos cidadãos envolvidos, direta ou indiretamente, ocorra de forma voluntária. Entretanto essa situação ocorre somente quando o cidadão já se encontra “conscientizado e mobilizado”. De maneira geral há falta de estruturação política, econômica e institucional entre os setores da sociedade, fazendo com que essa participação aconteça sem efetividade (CASTRO e MALHEIROS, 2002, p. 149).

Muitas vezes a sonhada cidadania pode ser algo muito distante da realidade de um indivíduo que vive em determinado local. Parece que as oportunidades de participação existem, inclusive com vastas citações, discussões e avaliações em diversas pesquisas acadêmicas. No entanto, ocorre que na prática a população não se sente consciente da necessidade dessa participação. “O indivíduo não consegue relacionar os problemas ambientais ao seu cotidiano, parecendo-lhe, na maioria das vezes, ou uma questão dissociada da sua realidade, ou uma questão para cuja solução julga não deter meios de interferir” (CASTRO e GEISER, 2002, p. 216).

De acordo com Loureiro (2000, p. 31), os conflitos ambientais passados e presentes tem sido responsáveis pelo aumento da sensibilização de determinados segmentos da sociedade. No entanto, adverte que,

A grande maioria da população jamais participou de alguma forma de organização social que vise a promoção da qualidade de vida. O que demonstra que o exercício de uma cidadania direta e participativa está comprometido [...].

É necessário analisar as formas mais adequadas de promover a participação individual e coletiva da sociedade nas causas ambientais. De acordo com Mendonça (2007, p. 47):

A mudança de valores e atitudes nos indivíduos preconizados pela EA não é suficiente para gerar mudanças estruturais numa sociedade. Pela compreensão da complexidade, as partes não mudam necessariamente o todo, pois ambas têm um movimento dialético cujas conexões indivíduo versus grupo podem gerar mudança efetiva.

Para Coimbra (2004, p. 545) é preciso considerar a percepção ambiental dos indivíduos e dos grupos em relação à realidade ambiental. A qualidade dessa percepção ambiental é de fundamental importância para o exercício da cidadania e para o êxito dos projetos de conservação e preservação ambiental.

Outro aspecto importante desse processo de construção da percepção ambiental da população brasileira refere-se ao fato de que nem sempre o indivíduo humano afetado por condições ambientais desfavoráveis esteja consciente da situação real. Assim, para se promover

mudanças culturais efetivas no seio da sociedade, é necessário que a percepção e conscientização ambiental das pessoas sobre sua realidade se efetive.

Ferreira e Coutinho (2000, apud HOEFFEL e FADINI, 2007, p. 255) afirmam que:

A percepção ambiental é condicionada por fatores inerentes ao próprio indivíduo, fatores educacionais e culturais imprimidos pela sociedade e fatores afetivos e sensitivos derivados das relações do observador com o ambiente. Cada indivíduo enxerga e interpreta o ambiente de acordo com o seu próprio olhar, sua própria maneira de ver o mundo, a partir de suas experiências prévias, expectativas e ansiedades.

Segundo Lima (2007, p. 342), as mudanças são demoradas e fazem parte de um processo gradual envolvendo as “dimensões cognitiva, afetiva e prática da realidade”. Assim, o ato de pensar, sentir e agir nem sempre funcionam de forma coordenada. São relações complexas cuja integração ocorre de forma gradual a partir da experiência.

Outros conceitos importantes nesse processo envolvendo a EA são conscientização e sensibilização. No dia-a-dia esses termos acabam sendo utilizados aleatoriamente para qualificar várias situações ambientais envolvendo a população. Seiffert (2014, p. 279) esclarece as diferenças entre esses conceitos:

Um indivíduo pode tornar-se consciente das implicações ambientais de um determinado comportamento após receber informação a respeito, ou seja, ele não mais ignora o assunto. Contudo, só após estar efetivamente motivado para mudar seu comportamento ele pode ser considerado sensibilizado.

Carvalho (2007, p. 136) apresenta o conceito de “Sujeito Ecológico”. Esse estereótipo de um cidadão que vive em consonância com os princípios ecológicos numa sociedade consumista representa uma esperança e ao mesmo tempo uma realidade que começa a se despontar nos últimos anos. Esse conceito remete às atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, levando-se em consideração as condições históricas e culturais em que vivemos, ou seja, o que é possível fazer no dia-a-dia em uma sociedade regida por princípios capitalistas.

O “Sujeito Ecológico” representa uma maneira de ser, um conjunto de ideais que gera atitudes ambientalmente orientadas. Esse ideal ecológico é interiorizado pelos indivíduos que adotam um estilo de vida de defesa dos preceitos ambientais e que pode influenciar instituições às quais se relaciona.

Na intenção de compreendermos melhor como a EA pode ser desenvolvida enquanto processo efetivo de mudança cultural nesta sociedade ambientalmente insustentável, pelo menos aos olhos do modelo de produção/consumo atualmente dominante, será incluído nesta reflexão mais dois conceitos importantíssimos: atitude e comportamento das pessoas.

As atitudes orientam as decisões e os posicionamentos dos sujeitos no mundo. Nesse sentido, quando falamos em atitude, devemos diferenciá-la da noção de comportamento. Atitudes são predisposições para que um indivíduo se comporte de tal ou qual maneira, e assim podem ser preditivas de comportamento. Contudo, não há determinação do tipo causa e efeito que nos permita traçar correspondência direta entre a formação de atitudes e o plano dos comportamentos. Estes últimos são as ações observáveis, efetivamente realizadas, e podem estar ou não de acordo com as atitudes do sujeito. Muito frequentemente os sujeitos podem-se comportar em dissonância total ou parcial de suas atitudes (CARVALHO, 2008, p. 177).

Fialho et al. (2008, p. 95) apresentam reflexão a respeito dos conceitos de atitudes, valores, comportamento e suas implicações em uma organização coletiva. Dessa forma é possível compreender melhor o nível de influência que indivíduo e coletivo estabelecem entre si, em um processo dialético, complexo e dinâmico. Para esse autor as “atitudes são determinantes ao comportamento sustentável, pois estão ligadas à personalidade, aprendizagem e motivação”. As atitudes seriam resultante da “combinação de conhecimento mediante os quais cada indivíduo e grupo interpretam e julgam o mundo que os cerca e a si próprios”.

Os valores são um conjunto de características que pessoas ou empresas apresentam ao se defrontar com determinadas situações ou eventos. São expressões daquilo que uma pessoa ou empresa é. Os valores podem ser definidos como a visão de mundo dos indivíduos, ou seja, como um conjunto de pontos de vista, inclinações internas, julgamentos, preconceitos, normas ou padrões sociais aceitos ou mantidos pelas pessoas, que irão determinar a sua visão do mundo (FIALHO et al., 2008, p. 103).

A importância das pessoas nos processos de transformação social pode ser dimensionada a partir do significado de algumas frases do educador Paulo Freire: “A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo”. Nessa perspectiva, considerando que as instituições são formadas e guiadas por pessoas, é correto conjecturar que suas estruturas somente mudarão se as pessoas mudarem. Assim, sem haver interferência de pessoas convictas da necessidade de adoção de ações ambientalmente sustentáveis, nenhuma mudança estrutural ocorrerá em qualquer lugar que seja (VIEZZER, 2007, p. 82).

Nesta mesma linha de pensamento Araújo et al. (2014, p. 40) afirmam que “é somente através da mudança de atitudes, padrões de comportamento e mudança na própria cultura das pessoas, que poderá ser revertido o crescente quadro de degradação ambiental.” Considerando essas premissas faz-se necessário uma atenção mais efetiva por parte das instituições escolares tendo em vista uma formação cidadã e ambiental da população.

A resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE) faz complementações legais necessárias à viabilização da execução, por parte do sistema de ensino brasileiro, das ações de EA em consonância com os princípios e objetivos definidos pelo arcabouço legal instituído. Em seu artigo 8º, a referida resolução define que a “EA [...] deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades [...]”. No inciso V do artigo 14, o texto legal indica que a “EA deve contemplar estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2012).

Moreira et al. (2011, p. 81) apresentam dados de pesquisa conduzida pelo MEC contemplando o tema “o que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental”:

- os projetos e atividades partiam, em sua maioria, da iniciativa isolada de um professor ou grupo de professores e não tinham ligação explícita com o Projeto Político Pedagógico da escola;
- as atividades eram desenvolvidas por meio de projetos pontuais ou se ligavam às disciplinas de Geografia e Ciências. Poucos professores se mostravam aptos a realizar o exercício da inter e da transdisciplinaridade;
- as atividades propostas visavam à conscientização dos alunos para determinados problemas ambientais e à sensibilização para o convívio com a natureza, ou seja, não tinham como objetivo explícito propor intervenções que modificassem substancialmente o dia a dia da escola e dos estudantes.

Andrade (2012, p. 110) apresenta dados de pesquisa de mestrado conduzida em uma escola pública em Minas Gerais destacando que as ações de EA acontecem de forma pontual. “Algumas vezes coletam ‘lixo’, outras vezes constroem objetos com ‘sucatas’, produzem textos, realizam algumas atividades na semana de meio ambiente, ou dia da árvore, entre outros”. De acordo com essa autora, a escola pesquisada desenvolve uma média de 15 a 20 atividades anuais. Apesar dessa quantidade de atividade apresentar-se significativa do ponto de vista numérico, o fato de ser pontual e não inserir-se em numa dimensão integrada, permanente e transdisciplinar, gera preocupação tendo em vista os reais resultados obtidos à luz dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

O processo que envolve o planejamento e a gestão de estratégias para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável teve início prático a partir da realização da Rio-92, ocasião em que foram aprovados acordos oficiais internacionais assinados por representantes de países. O

principal documento gerado foi a chamada Agenda 21 que é um “instrumento de planejamento participativo para se conduzir processos de mobilização, troca de informações e geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais, gestão de Estados, Municípios, bacias hidrográficas, unidades de conservação, bairros ou escolas” (SOUZA, 2010, p. 37).

No caso específico de instituições escolares, a EA torna-se mais dependente ainda de um processo de GA. Segundo Andrade (2012, p. 119),

Os gestores das escolas públicas, de modo geral, não conseguem conciliar a gestão administrativa, pedagógica e a financeira. Nos cargos de gestores de escolas públicas não há exigência de uma formação específica para atuar nessa área. Assim, muitos desenvolvem bem a administração pedagógica e não obtêm sucesso na gestão administrativa, enquanto outros, ao contrário, atuam bem na parte administrativa em detrimento da parte pedagógica.

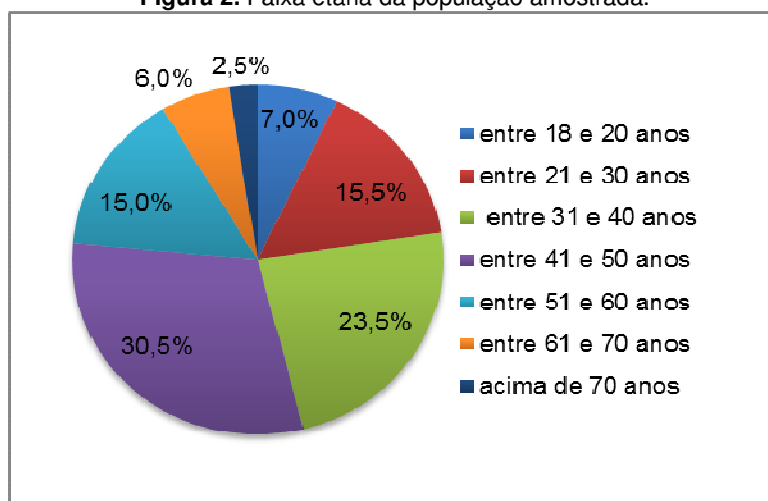
A EA deve contemplar tanto o indivíduo como o coletivo, numa relação de retroalimentação. Um processo educativo permanente, contínuo, transdisciplinar, integral e holístico deve ser desenvolvido por todos os atores representativos da sociedade, considerando essas duas vertentes. A informação, a comunicação, o conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e competências, a formação de valores e atitudes somente alcançarão o nível desejado quando houver, por parte da sociedade, o reconhecimento da importância da EA e da GA enquanto processos dinâmicos e indissociáveis necessários ao Desenvolvimento Sustentável.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa de campo mostraram-se coerentes com o referencial teórico, comprovando que as ações individuais e coletivas são permeadas por uma dialética complexa e extremamente importante para subsidiar a elaboração de estratégias de EA voltadas para o trabalho em escala municipal.

O perfil dos entrevistados apresenta uma grande diversidade, indicando uma boa representatividade amostral da população uberlandense. Em relação ao gênero dos entrevistados 58,5% são homens e 41,5% são mulheres. A faixa etária varia de 18 a mais de 70 anos (Figura 2).

Figura 2. Faixa etária da população amostrada.



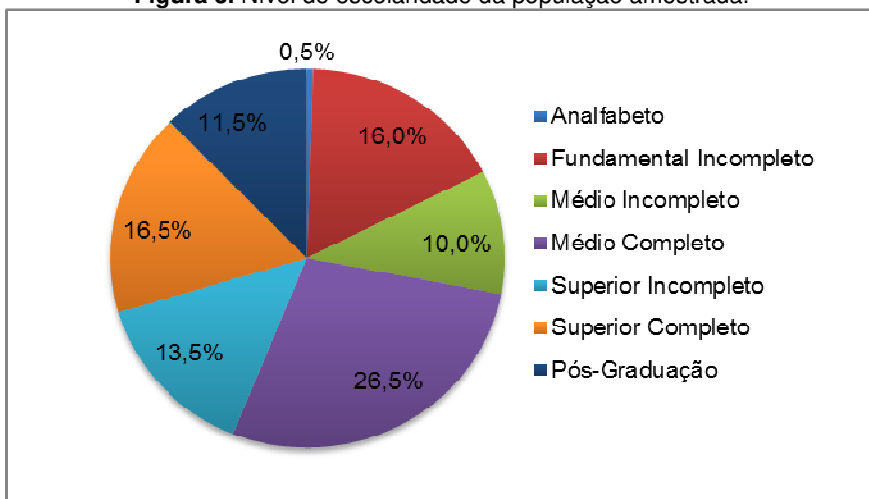
Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Quanto ao nível de escolaridade a amostra contempla todos os níveis (Figura 3).

Em relação à renda pessoal mensal foi constatada uma variação de sem renda até pessoas com renda superior a cinco salários mínimos (Figura 4).

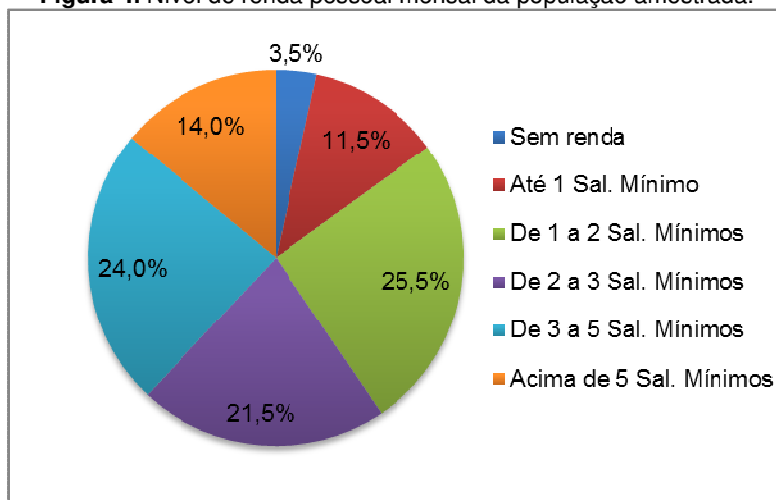


**Figura 3.** Nível de escolaridade da população amostrada.



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

**Figura 4.** Nível de renda pessoal mensal da população amostrada.



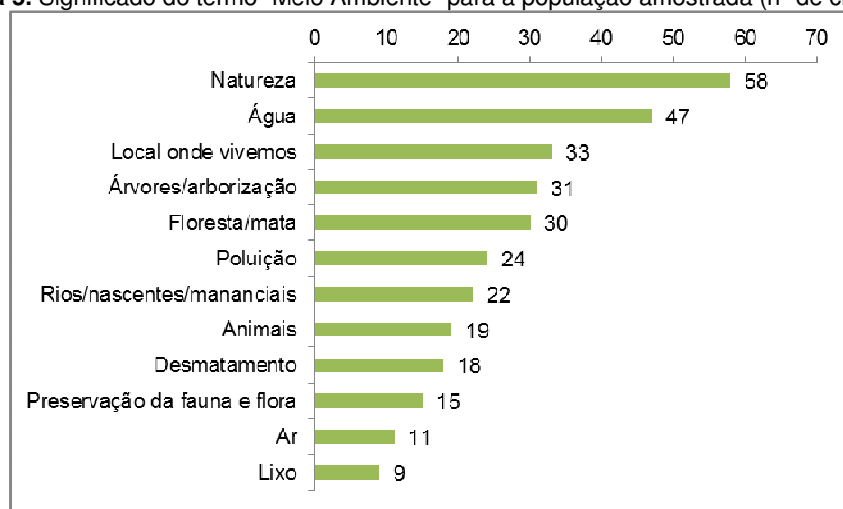
Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Dos 200 cidadãos entrevistados há representantes de 44 bairros, de um total de 63 bairros que compõem a área urbana de Uberlândia, além de representantes da zona rural. Em relação à ocupação profissional foram identificadas 75 ocupações profissionais. Dentre as mais representativas destacam-se: comerciante (15), assistente administrativo (12), professor (11), aposentado (10), empresário (08), estudante (08) e vendedor (08). Na sequência serão apresentadas as questões formuladas nas entrevistas e o resultado das respectivas respostas.

A questão nº 07 apresenta a seguinte pergunta: “Quando se fala em Meio Ambiente, você pensa em que?” As respostas são diversificadas e mostram uma visão naturalista em relação ao entendimento do termo Meio Ambiente, com destaque para o uso dos termos “natureza” e “água”, além de outras nove citações (Figura 5). O terceiro item mais citado pelos entrevistados é “local onde vivemos”, inserindo o ser humano como elemento constituinte do Meio Ambiente.

Podemos conjecturar que essa visão da população sobre o significado do termo Meio Ambiente possa estar relacionado ao recente processo de urbanização/industrialização brasileira. Esse fato provocou um distanciamento do homem em relação à natureza. As gerações mais novas tem uma visão mais superficial de Meio Ambiente, apesar de estar abastecida de ampla informação sobre essa questão. Parece que o indivíduo não se vê responsável pela problemática ambiental ou não enxerga a relevância de sua parcela de participação no conjunto da sociedade.

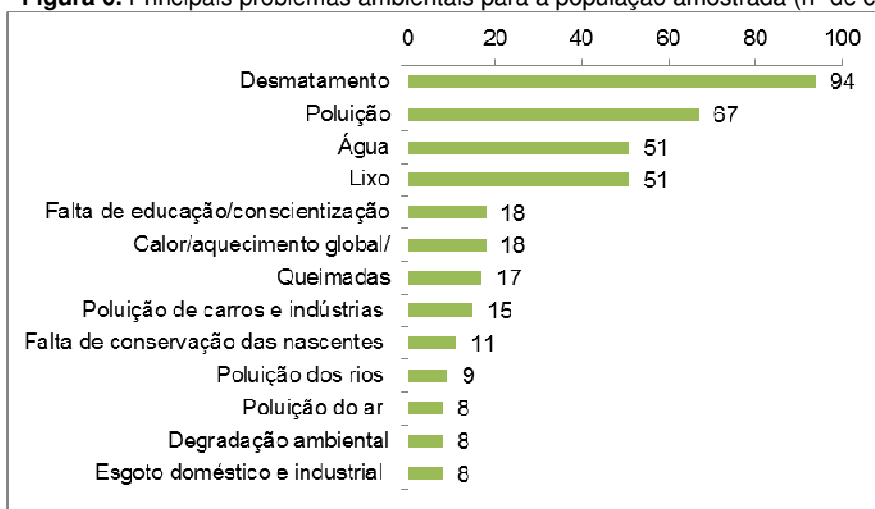
**Figura 5.** Significado do termo “Meio Ambiente” para a população amostrada (nº de citações).



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

A questão nº 08 apresenta a seguinte pergunta: “Quais são os principais problemas ambientais?” Há uma grande diversidade de respostas. Todos os problemas citados são decorrentes da ação humana e estão diretamente relacionados ao modelo capitalista/desenvolvimentista baseado no processo de urbanização e industrialização. Os problemas mais citados são “desmatamento”, “poluição”, “água” e “lixo” (Figura 6).

**Figura 6.** Principais problemas ambientais para a população amostrada (nº de citações).

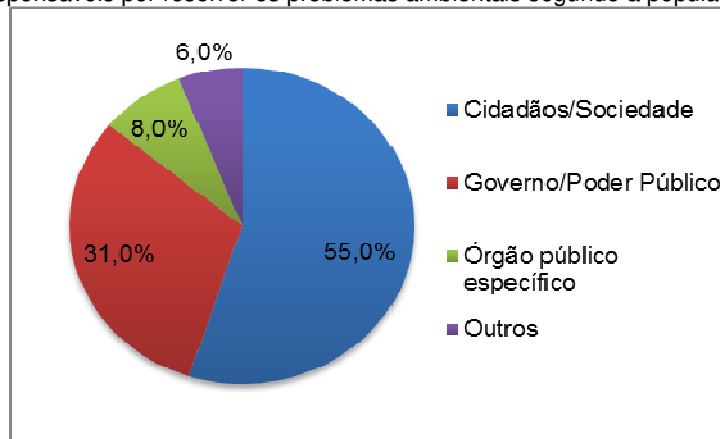


Fonte: Pesquisa de campo (2015)

O paradigma da sociedade moderna deixa o indivíduo imerso nesse processo de desenvolvimento econômico, impedindo-o de vislumbrar alguma perspectiva de mudança e reversão. Os problemas apontados indica uma visão pontual, restrita e seletiva diante de uma complexa problemática ambiental, onde as questões políticas, sociais e culturais não são lembradas. O quinto problema mais citado refere-se à “falta de conscientização e educação” da população. Esse fato indica que pelo menos uma parcela dos entrevistados possuem uma visão menos superficial da problemática ambiental.

A questão nº 09 apresenta a seguinte pergunta: “Quem são os responsáveis por resolver os problemas ambientais?” Dos entrevistados, 55% apontam os cidadãos/sociedade como os responsáveis por resolver os problemas ambientais, enquanto a responsabilidade do governo/poder público é apontado por 31%. Órgãos públicos ou instâncias públicas foram indicados por 8% dos entrevistados, enquanto 6% acusaram diferentes responsabilidades pela resolução dos problemas ambientais (Figura 7).

**Figura 7.** Responsáveis por resolver os problemas ambientais segundo a população amostrada.

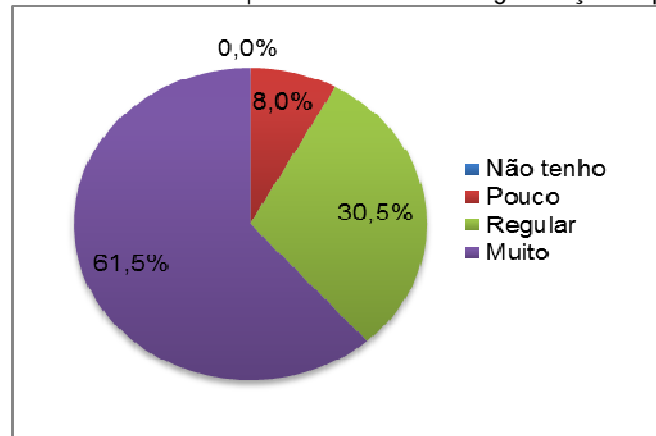


Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Esses dados demonstram que parte da população, que considera o governo/poder público responsável pela solução dos problemas ambientais, ainda conserva uma visão paternalista e retrógrada, fruto de um passado político conservador e autoritário. Talvez essa visão de reconhecimento da responsabilidade coletiva pelos problemas ambientais ainda não tenha atingido um nível de mobilização e engajamento da sociedade a ponto de gerar atitudes e ações práticas. Outro fato que pode concorrer para essa situação de inércia seria a cultura de desmobilização da sociedade brasileira e o descrédito nas instituições públicas.

A questão nº 10 apresenta a seguinte pergunta: “Qual seu interesse em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental?” É significativo o fato de 61,5% dos entrevistados apontarem que há muito interesse em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental (Figura 8).

**Figura 8.** Interesse dos entrevistados em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental

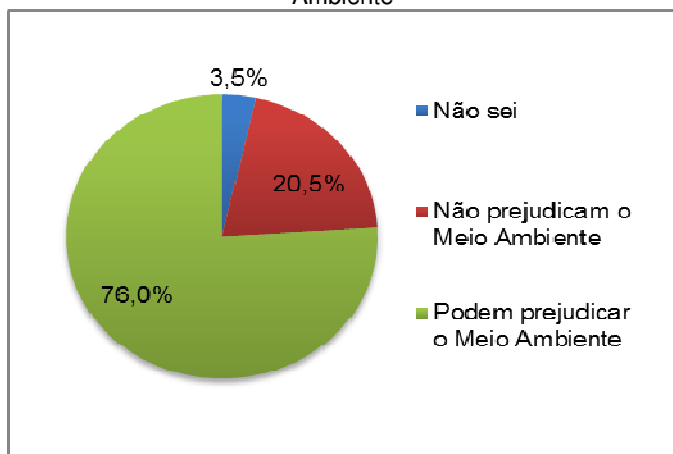


Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Mais uma vez somos impelidos a afirmar que faltam oportunidades e situações que possibilitem ações ambientais efetivas por parte dos cidadãos. A falta de hábito e de participação em atividades coletivas leva as pessoas à acomodação. Cabe aos atores sociais que atuam com EA criarem situações onde as pessoas possam demonstrar o interesse pela causa ambiental em seu benefício e da sociedade como um todo.

A questão nº 11 apresenta a seguinte pergunta: “Como você avalia as consequências de suas ações diárias em relação ao Meio Ambiente?” As respostas oferecem um entendimento de que a população uberlandense, ao reconhecer que suas ações diárias podem prejudicar o Meio Ambiente, possui uma visão crítica a respeito da questão ambiental. Afinal de contas 76% dos entrevistados apontaram essa questão (Figura 9). O que está faltando são ações efetivas por parte dos cidadãos e das instituições.

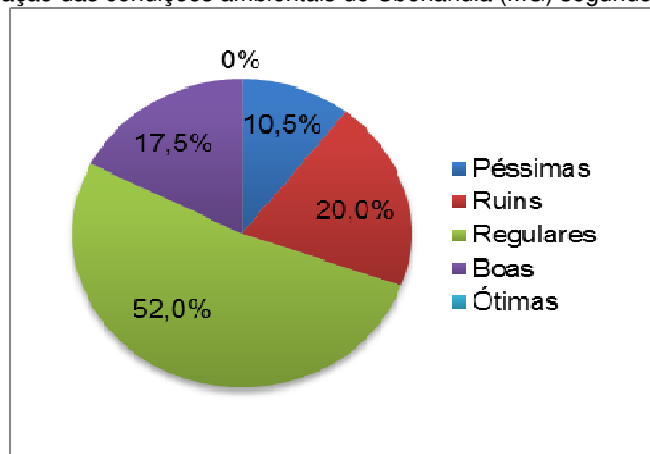
**Figura 9.** Avaliação dos entrevistados sobre as consequências das ações diárias em relação ao “Meio Ambiente”



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

A questão nº 12 apresenta a seguinte pergunta: “Como você avalia as condições ambientais de Uberlândia?” As respostas indicam uma visão crítica da população uberlandense (Figura 10). Quando se compara Uberlândia com outros municípios brasileiros em relação às questões ambientais, é quase unânime a avaliação positiva, considerando principalmente os índices de saneamento. Por outro lado se reconhece que muita coisa ainda há por fazer. Assim, quando 52% dos entrevistados indicam que as condições ambientais de Uberlândia são regulares, verifica-se coerência com a realidade brasileira.

**Figura 10.** Avaliação das condições ambientais de Uberlândia (MG) segundo os entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

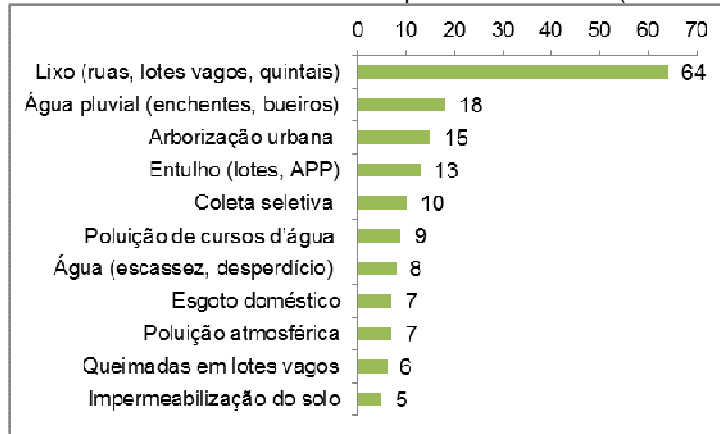
A questão nº 13 apresenta a seguinte pergunta: “Você tem conhecimento de algum problema ambiental em seu bairro ou em Uberlândia?” Dos entrevistados, 23% afirmaram não, enquanto 77% responderam sim. Caso respondesse sim deveria indicar qual seria o problema conhecido (Figura 11).

Apesar de 77% dos entrevistados terem afirmado conhecer algum problema ambiental no bairro onde mora, muitos tiveram dificuldade em apontar o problema no ato da pergunta. Somente depois de algum tempo e de serem indagados sobre a existência de algum problema na cidade como um todo é que manifestavam.

Os problemas eram citados de maneira genérica na maioria dos casos, sem fazer alusão a uma área em específico. Vale destacar que 23% dos entrevistados não souberam indicar um problema ambiental. O problema mais citado, representando mais do triplo de citações em relação ao segundo, foi “lixo”. Esse fato representa uma contradição muito grande na medida em que Uberlândia possui um bom serviço de coleta e destinação final do lixo urbano. Mesmo

com essas condições favoráveis é fato a existência de lixo lançado indevidamente nas vias públicas e lotes vagos, exigindo um austero trabalho de fiscalização e EA por parte das autoridades públicas.

**Figura 11.** Problemas ambientais citados pelos entrevistados (nº de citações)

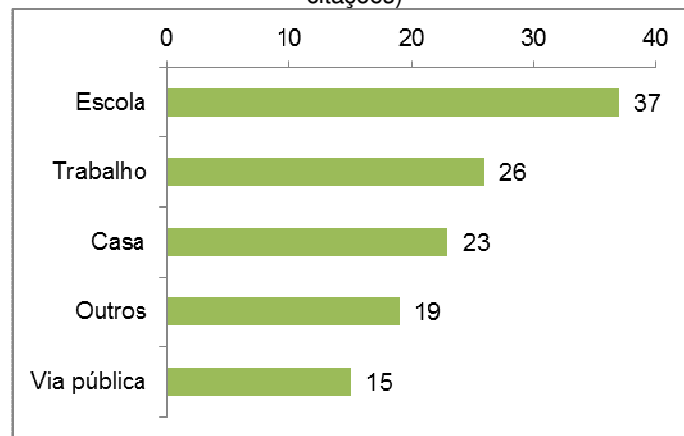


Fonte: Pesquisa de campo (2015)

A questão nº 14 apresenta a seguinte pergunta: “Você já recebeu algum material impresso (folder, cartilha) sobre o tema Meio Ambiente?” Caso respondesse sim era convidado a indicar onde recebeu esse material. Se em sua residência, na escola, no trabalho, na rua ou em outro lugar (Figura 12).

As respostas indicam que 50% dos entrevistados já receberam algum material impresso sobre o tema Meio Ambiente, cuja fonte mais expressiva é a escola, seguido de trabalho e casa. Essas constatações são relevantes no sentido de evidenciar a importância de um programa de EA abrangente e contínuo que atinja todos os segmentos da população uberlandense.

**Figura 12.** Locais onde os entrevistados receberam material impresso sobre “Meio Ambiente” (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

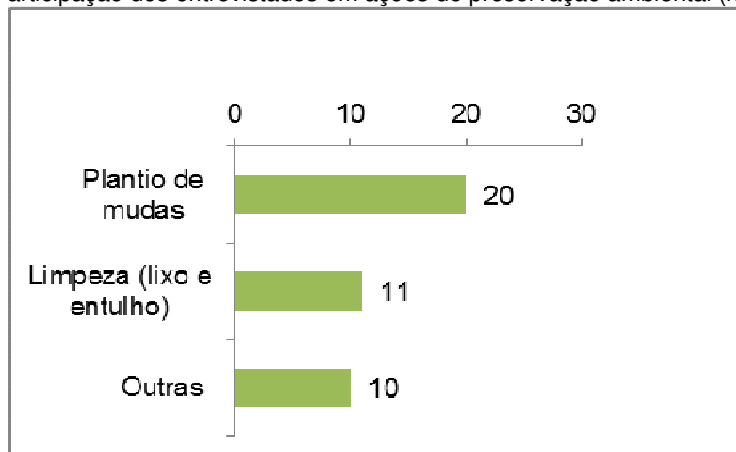
A questão nº 15 apresenta a seguinte pergunta: “Você já recebeu a visita de algum profissional da área ambiental em sua casa?” Dos entrevistados, 75,5% responderam não e 24,5% responderam sim. Do total de entrevistados que afirmaram terem recebido a visita de algum profissional da área ambiental em sua casa, 90% responderam “zoonose”, referência aos funcionários responsáveis pelo combate e prevenção ao mosquito transmissor da dengue.

Esses dados demonstram pouca efetividade e presença de agentes de EA junto à população uberlandense. Falta de informação e orientação para a população sobre as questões ambientais contribuem para pequena participação e mobilização dos cidadãos. A presença dos agentes de controle de zoonoses, caso fossem treinados como educadores ambientais,

poderia representar uma boa alternativa para o poder público municipal realizar um trabalho de EA nos lares do município.

A questão nº 16 apresenta a seguinte pergunta: “Você já participou de alguma ação em Uberlândia voltada para a preservação ambiental?” No caso de responder sim deveria indicar qual ação foi desenvolvida (Figura 13).

**Figura 13.** Participação dos entrevistados em ações de preservação ambiental (nº de citações)



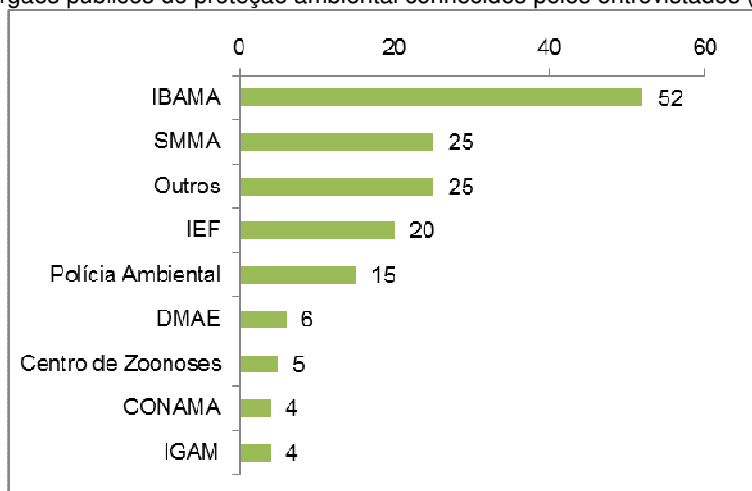
Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Segundo as respostas dos entrevistados essas ações foram promovidas por escolas, ONG's, órgãos públicos, empresas, grupo de amigos e instituições religiosas. Apenas 19,5% dos entrevistados afirmaram ter participado de alguma ação em Uberlândia voltada para a preservação ambiental.

O resultado dessa questão, apontando que 80,5% dos entrevistados nunca participaram de ações voltadas para a preservação ambiental em Uberlândia, indica que não possuem interesse ou não tiveram oportunidades. Considerando que as respostas da questão nº 10 aponta que 61,5% dos entrevistados possuem muito interesse em aprender e/ou realizar alguma ação de preservação ambiental, podemos deduzir que está faltando oportunidades para essas pessoas participarem de ações ambientais. Cabe às instituições responsáveis pela EA no município criarem situações que envolvam a comunidade.

A questão nº 17 apresenta a seguinte pergunta: “Você conhece (sabe o nome) de algum órgão público de proteção ambiental?” Em caso afirmativo o entrevistado deveria informar o nome do órgão ambiental (Figura 14).

**Figura 14.** Órgãos públicos de proteção ambiental conhecidos pelos entrevistados (nº de citações)



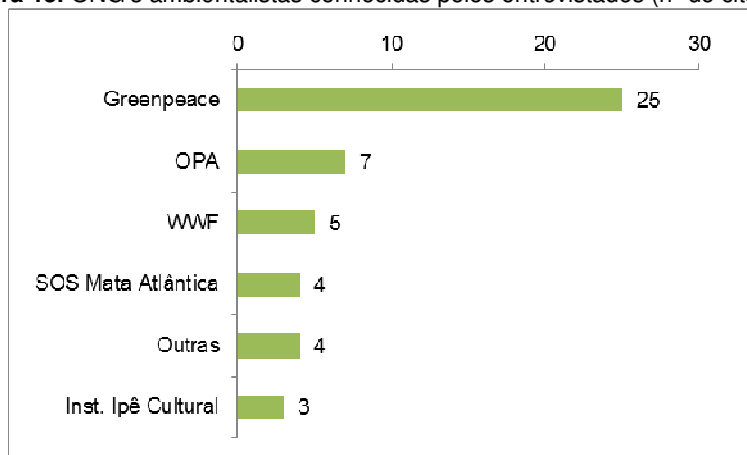
Fonte: Pesquisa de campo (2015)

No total foram citados 21 órgãos públicos de proteção ambiental e de atuação indireta na área. São cinco federais, oito estaduais, oito municipais, 10 integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e 11 de atuação indireta na área ambiental.

O fato de 52% dos entrevistados não conhecerem ou saberem o nome de algum órgão ambiental, quer seja federal, estadual ou municipal, é muito significativo considerando que desde a década de 80 existem órgãos públicos ambientais em Uberlândia. Além disso, a mídia divulga com certa frequência reportagens a respeito desses órgãos e das atividades por eles desenvolvidas. O órgão mais lembrado pelos entrevistados foi o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com 52 citações. Na sequência aparece a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), citada 25 vezes. Vale destacar que a SMMA é um órgão local e foi criada no ano de 1985. Apenas 10% dos entrevistados apontaram a SMMA como um órgão ambiental conhecido. Esse fato demonstra o quanto a institucionalização da EA no Município de Uberlândia ainda é precária.

A questão nº 18 apresenta a seguinte pergunta: “Você conhece (sabe o nome) de alguma ONG de proteção ambiental? No caso de responder sim deveria indicar o nome da ONG conhecida (Figura 15).

**Figura 15.** ONG's ambientalistas conhecidas pelos entrevistados (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

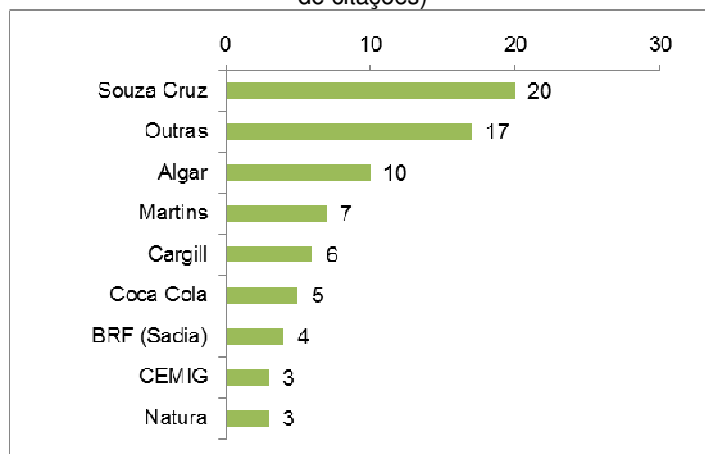
Dos entrevistados, 19,5% afirmaram que conhecem ou sabem o nome de alguma ONG de proteção ambiental, enquanto 80,5% afirmaram não conhecer. O conhecimento das ONG's que atuam com a questão ambiental por parte da população de Uberlândia é muito pequeno. Dentre o grupo que conhece ou sabe o nome a mais citada foi o Greenpeace. Certamente a inserção dessa ONG internacional na mídia é o motivo de ter sido lembrada. Apenas sete entrevistados citaram o nome de uma ONG local. Esse fato indica que há um grande espaço a ser preenchido pelas ONG's ambientalistas junto à população do Município de Uberlândia.

A questão nº 19 abordou a seguinte pergunta: “Você conhece (sabe o nome) de alguma empresa que desenvolve ações de proteção ambiental?” Em caso afirmativo deveria indicar o nome da empresa (Figura 16).

No total foram citadas 27 empresas, sendo 22 com sede no Município de Uberlândia e cinco localizadas em outros municípios. Da mesma forma que órgãos públicos e ONG's, as empresas que realizam alguma atividade voltada para a preservação ambiental também são pouco conhecidas da população entrevistada. Apenas 29% dos entrevistados indicaram o nome de alguma empresa, com destaque para Souza Cruz que obteve 20 citações. 71% dos entrevistados desconhecem empresas que atuam nessa área.

Analisando esses resultados levantamos duas hipóteses: pode haver poucas ações sendo desenvolvidas pelas empresas ou a divulgação do trabalho ambiental realizado por elas é falho. Considerando outras informações obtidas nessa pesquisa entendemos que há poucas empresas desenvolvendo ações de preservação ambiental em prol da comunidade local.

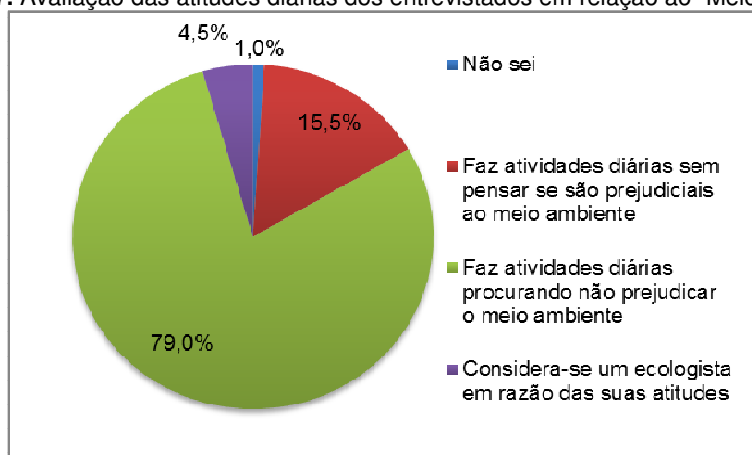
**Figura 16.** Empresas que realizam ações de proteção ambiental e foram citadas pelos entrevistados (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

A questão nº 20 apresenta a seguinte pergunta: “Como avalia suas atitudes diárias em relação ao meio ambiente?” As respostas dos entrevistados indicam que 79% dos cidadãos uberlandenses realizam suas atividades diárias procurando não prejudicar o meio ambiente. Apenas 4,5% se consideram ecologistas, enquanto 15,5% afirmaram que realizam as atividades diárias sem pensar se são prejudiciais ao meio ambiente (Figura 17).

**Figura 17.** Avaliação das atitudes diárias dos entrevistados em relação ao “Meio Ambiente”



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

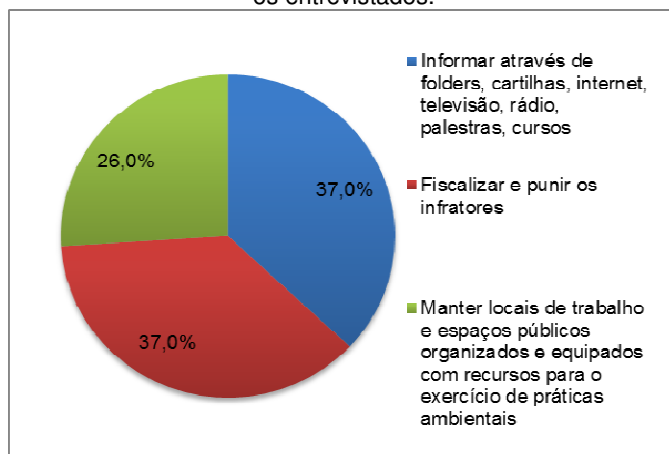
Conforme observado, 83,5% dos entrevistados agem em seu cotidiano considerando as implicações ambientais que suas ações poderiam causar ao Meio Ambiente. Isso demonstra a existência de conscientização ambiental por parte da população. Entretanto, esse nível de conscientização ainda não é acompanhado de atitudes e ações práticas efetivas de preservação ambiental, conforme preconizado pelos princípios da EA.

A questão nº 21 apresenta a seguinte pergunta: “Qual a forma mais eficiente para promover atitudes ambientalmente corretas nas pessoas? Foram ofertadas três alternativas de respostas para que os entrevistados assinalassem por ordem de importância, indicando o número 1 para a principal, o número 2 para a segunda e o número 3 para a terceira. A seguir apresentamos o resultado desta questão.

Houve empate entre “informar” e “fiscalizar/punir infratores” com 37% de indicações cada uma das alternativas. Em terceiro lugar, com 26% de indicações pelos entrevistados, ficou a alternativa que apresenta a “manutenção de locais de trabalho e espaços públicos adequados” de maneira que sirvam de estímulo para os cidadãos executarem práticas ambientais corretas (Figura 18).



**Figura 18.** Forma mais eficiente para promover atitudes ambientalmente corretas nas pessoas segundo os entrevistados.



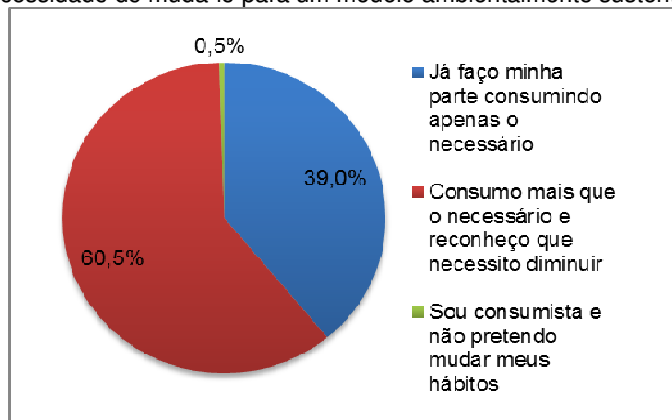
Fonte: Pesquisa de campo (2015)

As três alternativas de resposta desta questão são complementares e imprescindíveis em qualquer processo de EA desenvolvido por instituições que levem em consideração a mudança de cultura das pessoas. As respostas dos entrevistados indicam coerência com esse fato, uma vez que não houve destaque para nenhuma das alternativas de resposta apresentadas. A população reconhece a relevância destas ações, devidamente inseridas em um programa de EA, como forma de promover atitudes ambientalmente corretas nas pessoas.

A questão nº 22 é representada pela seguinte pergunta: “Considerando que o atual modelo econômico/industrial provoca problemas ambientais (poluição, mudanças climáticas, desmatamento), o que você está disposto a fazer para mudá-lo para um modelo ambientalmente sustentável?” Foram oferecidas três alternativas de respostas para o entrevistado escolher aquela que melhor representa sua visão a respeito desta questão.

Dos entrevistados, 60,5% reconhecem que consomem mais que o necessário, enquanto 39% consideram que fazem sua parte consumindo apenas o necessário. Um único entrevistado assumiu ser consumista e não ter intenções de mudar seus hábitos (Figura 19).

**Figura 19.** Opinião do entrevistado em relação ao atual modelo econômico/industrial vigente e a necessidade de mudá-lo para um modelo ambientalmente sustentável



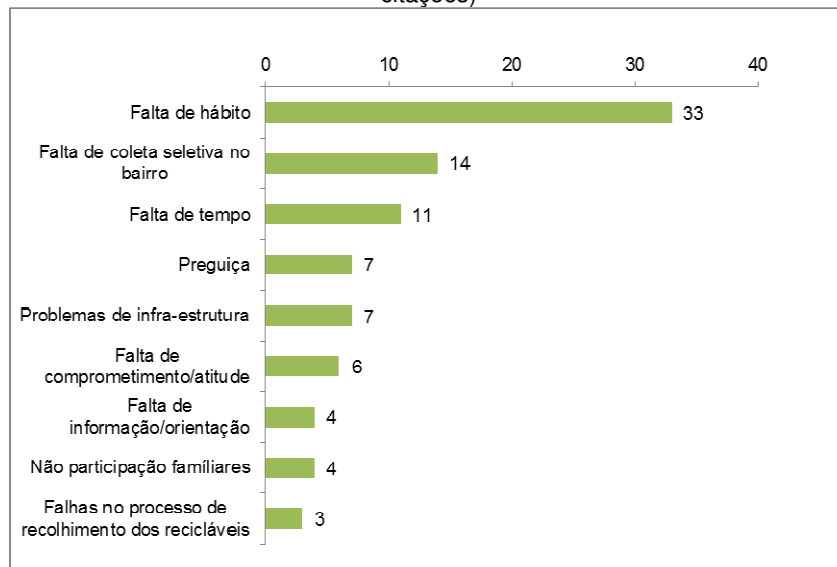
Fonte: Pesquisa de campo (2015)

O resultado desta questão mostra uma visão crítica dos entrevistados na medida em que reconhecem que o consumismo representa uma das principais causas da degradação ambiental no planeta. Mais importante que reconhecer esse fato é estar ciente que consome mais que o necessário e admitir que deva diminuir seu próprio consumo. O desafio da EA é levar o cidadão a incorporar essa ideia no dia-a-dia e, conseqüentemente, promover mudanças no paradigma moderno da sociedade capitalista.

A questão nº 23 apresenta a seguinte pergunta: “Você realiza a separação do lixo reciclável em sua casa?” Dos entrevistados, 49% responderam sim, 37% responderam não e 14% afirmaram que realizam parcialmente, restringindo-se à separação de garrafas pet e latas de alumínio. Em caso negativo o entrevistado deveria explicar por que não realiza a separação do material reciclável.

Dos entrevistados, 51% ainda não realizam a separação dos resíduos sólidos recicláveis em suas casas, ou o fazem parcialmente. Deve ser destacado que a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis no Município de Uberlândia ainda não é realizada em todos os bairros. As principais razões apresentadas pelos entrevistados que justificam o fato de não realizarem a separação do material reciclável está relacionado a aspectos individuais e coletivos (Figura 20).

**Figura 20.** Razões para não realizar a separação dos resíduos sólidos recicláveis nas residências (nº de citações)



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

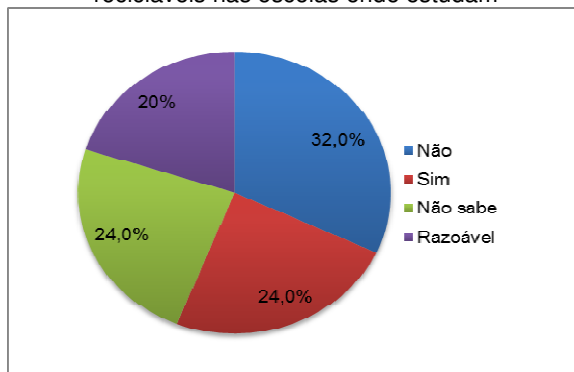
As razões atribuídas ao individual referem-se à falta de hábito, tempo, informação, comprometimento e atitude. As razões atribuídas ao coletivo referem-se à falta de infraestrutura como inexistência de coleta seletiva no bairro, lixeiras e espaço físico. Podemos deduzir que através da implantação de processos de EA e GA eficientes, essas razões apontadas pela população para não participarem da coleta seletiva seriam minimizadas.

A questão nº 24 apresenta a seguinte pergunta: “Na escola onde estuda tem coleta seletiva?” Dos entrevistados, 67% respondeu sim, 30% respondeu não e 3% não soube responder. Em caso afirmativo deveria complementar a resposta informando se o processo de separação de recicláveis funcionava adequadamente. Vale destacar que essa pergunta se restringiu apenas aos entrevistados que estudavam por ocasião da realização das entrevistas. Da amostra total da pesquisa apenas 37 entrevistados afirmaram que estavam estudando regularmente naquela ocasião. Portanto, o resultado apresentado refere-se a este universo de entrevistados (Figura 21).

Os resultados desta questão demonstram que as instituições escolares necessitam aprimorar suas ações ambientais em seus territórios. Apesar de a pesquisa indicar que 67% das escolas possuem a coleta seletiva de recicláveis, apenas 24% destas conseguem gerir o processo de forma adequada, conforme a opinião dos entrevistados. Considerando que as escolas são ambientes educativos por excelência, deveriam ser exemplo de práticas ambientais para suas respectivas comunidades.

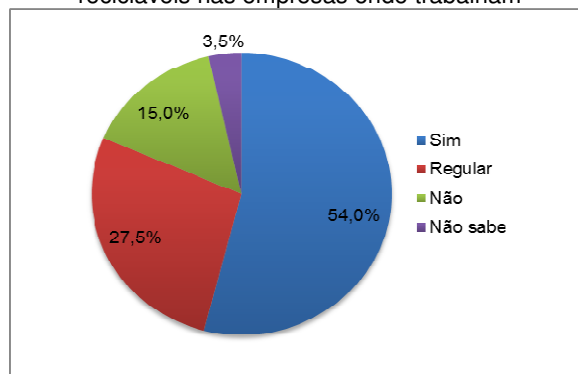
A questão nº 25 apresenta a seguinte pergunta: “Na empresa onde trabalha tem coleta seletiva?” Do total de entrevistados, 56% respondeu não e 44% respondeu sim. Em caso afirmativo deveria complementar a resposta informando se o processo funcionava adequadamente incluindo o setor onde o entrevistado trabalha. Essa pergunta foi respondida por 181 entrevistados, que por ocasião das entrevistas afirmaram trabalhar regularmente (Figura 22).

**Figura 21.** Avaliação sobre o “funcionamento adequado” do processo de separação de resíduos sólidos recicláveis nas escolas onde estudam



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

**Figura 22.** Avaliação sobre o “funcionamento adequado” do processo de separação de resíduos sólidos recicláveis nas empresas onde trabalham

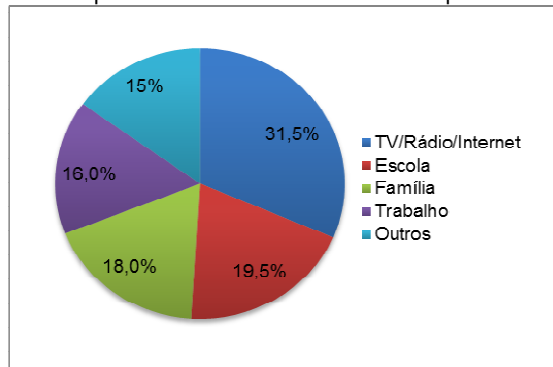


Fonte: Pesquisa de campo (2015)

As empresas também necessitam aprimorar o processo de separação dos resíduos recicláveis. Segundo dados da pesquisa de campo 56% das empresas não realizam a coleta seletiva. Do grupo que realiza a coleta seletiva 54% consegue gerir bem o processo. A implantação e gerenciamento adequado da coleta seletiva nas empresas representa uma ótima referência para os funcionários e pessoas que frequentam esses ambientes. Portanto, cabe aos responsáveis desenvolverem programas de EA que contemple a coleta seletiva como processo educativo permanente nos ambientes de trabalho.

A questão nº 26 apresenta a seguinte pergunta: “Qual é o principal responsável por influenciar você a adquirir atitudes ambientalmente corretas?” O resultado desta questão indica que os principais responsáveis por influenciar os entrevistados a adquirirem atitudes ambientalmente corretas são a mídia, com 31,5% das indicações, seguido de escola com 19,5%, família com 18% e trabalho com 16% de citações (Figura 23).

**Figura 23.** Instituição responsável por influenciar o entrevistado a adquirir atitudes ambientalmente corretas



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

A “mídia”, representada pela televisão, jornal, rádio e internet, representa o principal “educador ambiental” da população uberlandense. Esse fato é importante para subsidiar programas de EA por parte dos atores sociais atuantes no Município. O atual estágio em que se encontra a EA em Uberlândia pode ser analisado a partir desses dados que demonstram que a população é mais influenciada pela mídia, do ponto de vista ambiental, do que pela escola, família e trabalho. Considerando o alcance que a mídia possui em relação ao número de pessoas atingidas, rapidez e interatividade, esse meio precisa ser mais utilizado a serviço da EA. A escola, a família e o trabalho necessitam ser potencializados em relação à sua capacidade efetiva em desenvolver atividades de EA enquanto processo permanente, contínuo e integral.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde a Conferência de Estocolmo, realizada no ano de 1972, a EA tem sido tomada como valioso instrumento a serviço da sociedade para fins de conscientização ambiental da população, de forma a promover a mudança cultural que propiciará à humanidade encontrar o caminho do DS.

Considerando o conceito de EA, proposto pela lei que institui a Política Nacional de EA, observa-se a necessidade de construção de “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências” por parte dos indivíduos e da coletividade, visando à conservação do meio ambiente. Trata-se de algo difícil de ser executado na prática na medida em que lidamos com pessoas, individualmente e coletivamente, cujo modo de vida necessita ser modificado.

Essa mudança somente poderá ser viabilizada através de processos que demandam tempo e estratégias eficientes para lidar com as diversas realidades socioambientais existentes, em escala local e global. A EA que tem sido desenvolvida no Brasil e em Uberlândia, particularmente, apresenta indicativos de que não tem conseguido atingir a plenitude do conceito estabelecido pela lei federal.

Os resultados obtidos nesta pesquisa permitem afirmar que há um imobilismo dos indivíduos em relação às demandas por ações práticas em prol da preservação ambiental. Verifica-se a inexistência de mobilização das pessoas, compromisso, interesse e atitude para a tomada de ações ambientalmente corretas e necessárias. Para além da insuficiência de informações e conhecimento por parte das pessoas, provavelmente o contexto político, educacional e cultural vivido pelo país nas últimas décadas contribuiu para o estabelecimento desse cenário.

O referencial teórico e os resultados da pesquisa de campo não deixam dúvida quanto ao reconhecimento da distância existente entre a teoria e a prática da EA. Indivíduo e coletividade constituem a sociedade, com todos os seus paradoxos. Apesar do avanço da tecnologia que permite às pessoas terem acesso a todo tipo de informação, incluindo as ambientais, ainda há carência de conhecimento por parte dos cidadãos em relação às questões ambientais. Por outro lado há pessoas com vontade de desenvolver algo em prol da preservação ambiental, mas sem oportunidade de participação de ações coletivas.

A população de Uberlândia apresenta uma relativa visão crítica em relação às questões ambientais. No entanto, essa condição não é suficiente para tirá-las do imobilismo e da falta de comprometimento com a realização de ações práticas necessárias à construção de um Desenvolvimento Sustentável. As instituições do Município falham no processo de produzir e divulgar informações e orientações ambientais à população.

A mídia representa o principal meio responsável por influenciar os cidadãos em relação às práticas ambientais. As instituições escola, família e trabalho são fontes potenciais de EA. No entanto ainda não conseguiram se estruturar de uma forma eficiente para influenciar ambientalmente os cidadãos. Essas instituições podem alavancar a EA em seus ambientes na medida em que fomentarem ações práticas para seus públicos alvos.

O resultado desta pesquisa indica a necessidade da existência de um processo de EA que se apresente permanente, contínuo e eficaz nas instituições e territórios. Qualquer ação de EA, para lograr êxito, deve ser inserida em um programa que contemple princípios básicos de um sistema de gestão ambiental. Indivíduo e coletividade representam uma via de mão-dupla, onde um retroalimenta o outro de forma a constituir uma cultura ambiental baseada nos princípios do Desenvolvimento Sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, V.S.C.S. **Gestão Ambiental em Instituição Escolar**: possibilidades e desafios para o CAIC Aureliano Joaquim da Silva (Ituiutaba/MG). 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- ARAÚJO, C.S. et al. **Voluntariado Ambiental**: uma análise das variáveis direcionadoras para a gestão participativa no Programa Agente Ambiental voluntário no Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/3796/3317>>. Acesso em: 24 de setembro de 2015.
- BERNA, V. Jornalismo Ambiental. In: SANTOS, J.E.; SATO, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006. p. 159-171.
- BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Juventude, cidadania e meio ambiente**: subsídios para elaboração de políticas públicas. Brasília: Unesco/MMA/MEC, 2006.
- BRASIL. **Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação, de 13 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 22 de setembro de 2015.
- CARVALHO, I.C.M. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades culturais e a escola. In: BRASIL. (Coord: Soraia Silva de Mello e Rachel Trajber). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; UNESCO, 2007. p. 135-141.
- \_\_\_\_\_. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CASTRO, M.D.L.; MALHEIROS, T.F. Implementação de Projetos de Educação Ambiental: Aspectos Políticos, Financeiros e Institucionais. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.). **Educação ambiental**: desenvolvimento de cursos e projetos. 2 ed. São Paulo: USP, 2002. p. 148-152.
- CASTRO, M.D.L.; GEISER, S.R.A. Educação Ambiental: um Caminho para a Construção da Participação nos Conselhos de Meio Ambiente. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.). **Educação ambiental**: desenvolvimento de cursos e projetos. 2 ed. São Paulo: USP, 2002. p. 215-222.
- COIMBRA, J.A.A. Linguagem e Percepção Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004. p. 525-570.
- CMMAD - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- FIALHO, F.A.P. et al. **Gestão da Sustentabilidade na Era do Conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2008.
- Flick, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GONÇALVES, T.E. et al. **Transformações no meio ambiente urbano a partir dos Shopping Centers**: uma abordagem geográfica da Educação Ambiental em Fortaleza-CE. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/26839/16883>>. Acesso em: 23 de setembro de 2015.
- GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2005.
- \_\_\_\_\_. Educação Ambiental e a Gestão para a Sustentabilidade. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006. p. 183-195.
- HOEFFEL, J.L.; FADINI, A.A.B. Percepção Ambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. (Org. Luiz Antônio Ferraro Júnior). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília – DF: MMA, 2007. p. 255-262.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades@**: Uberlândia. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317020>>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

JACOBI, P. Meio Ambiente e Educação para a Cidadania: O Que Está em Jogo nas Grandes Cidades? In: SANTOS, J.E.; SATO, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006. p. 423-437.

LIMA, G.F.C. Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. In: BRASIL. **Encontros e caminhos**: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília – DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 335-343.

LOUREIRO, C.F.B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000. p. 13-51.

MENDONÇA, P.R. Políticas de formação continuada de professores e professoras em educação ambiental no Ministério da Educação. In: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; UNESCO, 2007, p. 45-53.

MOREIRA, T. et al. Educação ambiental e Gestão das Águas no ensino formal. In: BRASIL. **Política de águas e Educação Ambiental**: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. p. 78-90.

RAMIRES, J.C.L.; PESSÔA, V.L.S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

ROSA, M.V.F.P.C.; ARNOLDI, M.A.G.C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismo para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, J. E.; SATO, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006.

SEIFFERT, M.E.B. **Gestão Ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, D.B. **Conselhos municipais de meio ambiente**: estado da arte, gestão e educação ambiental. Brasília: Líber livro, 2010.

VIEZZER, M.L. (Org.). **Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade**: caminhada do coletivo educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu 2005-2007. Foz do Iguaçu: ITAIPU Binacional; MMA, 2007.